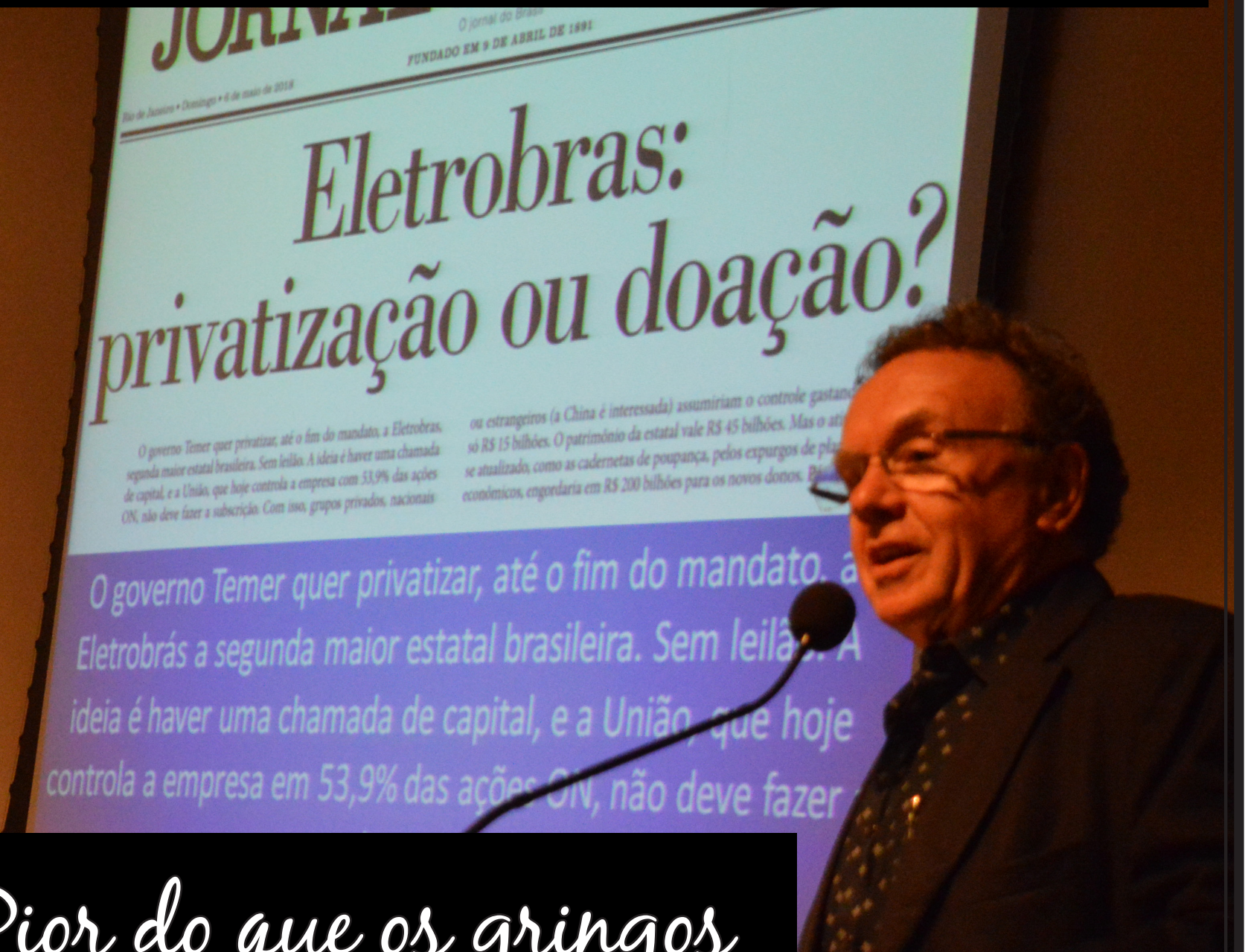


PRIVATIZAÇÃO



"Pior do que os gringos que nos compram são os maus brasileiros que nos vendem"

INTERCEL COBRA CHAMADAS DO CONCURSO PÚBLICO

Recomposição do quadro de pessoal é urgente



Em reunião realizada nesta terça-feira, dia 08, a Intercel cobrou da Diretoria da Celesc celeridade nas contratações de empregados aprovados no concurso público. Na avaliação dos sindicalistas, é urgente a chamada dos aprovados, principalmente dos eletricitistas, uma vez que já existe hoje um déficit de trabalhadores em toda a empresa. Além disso, os dirigentes sindicais deixaram claro

para o Presidente da Celesc, Cleverson Siewert, para o Diretor de Gestão Corporativa, Nelson Santiago, e para o Diretor de Distribuição, Vitor Lopes Guimarães que não aceitarão a prorrogação do contrato de terceirizadas que foi realizado para reforço das equipes e cumprimento do

DEC/FEC da concessão. "O contrato realizado foi, exatamente, para não prejudicar o alcance das metas da concessão enquanto a empresa contratava e treinava trabalhadores próprios", afirmaram os sindicalistas. Outra preocupação levantada foi com a reposição dos eletricitistas que estão inscritos no Plano de Demissão Incentivada (PDI). Estão inscritos mais de 300 trabalhadores e é preciso que a Celesc se prepare para chamar e treinar novos companheiros, não pondo em risco o atendimento à sociedade e a busca pela manutenção

da concessão.

O Presidente da Celesc, Cleverson Siewert afirmou que a postura da empresa é pela primarização dos serviços e que apenas detalhes com relação às exigências do Conselho de Administração precisam ser resolvidos. Um destes impasses é a aprovação do Plano CD pela Previc.

De acordo com o Diretor de Gestão, Nelson Santiago, a Celesc fará a contratação de 108 eletricitistas ainda este ano, em duas etapas, exatamente por dificuldades em treinar um grande número de trabalhadores. O representante dos empregados no Conselho de Administração, Leandro Nunes, reafirmou que as entidades sindicais não aceitarão

a prorrogação da terceirização e cobrou da Diretoria soluções para viabilizar o treinamento de um número maior de eletricitistas.

Para a Intercel, os compromissos assumidos pela categoria foram todos cumpridos e, agora, é preciso que a Diretoria da Celesc cumpra com a sua parte, contratando e treinando novos trabalhadores com rapidez, para manter a busca pela manutenção da concessão, eliminando a terceirização e cumprindo com o papel da Celesc Pública de atender a sociedade com excelência.

|| **É urgente a chamada dos aprovados no concurso, uma vez que já existe hoje um déficit de trabalhadores em toda a empresa**

||

ASSEMBLEIAS DELIBERARÃO SOBRE PARALISAÇÃO PELO ACT 2018/20

Acordo Coletivo de Trabalho permanece conturbado

A menos de um mês do encerramento da data-base, a negociação do ACT 18/20 continua indefinida. A quarta rodada de negociações está marcada para dia 17 de maio. Diante da falta de perspectivas de avanço no que foi apresentado até então pela Eletrobras, o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) está realizando assembleias em todo o Brasil para definir os rumos da campanha. O calendário das assembleias vai de 7 a 11 de maio. A proposta do CNE para as assembleias é aprovar indicativo de paralisação de 72 horas a partir de 22 de maio, conforme já deliberaram os trabalhadores da Eletronorte e Furnas, em assembleias realizadas dia 07/05. O CNE também não descarta a possibilidade de uma greve por tempo indeterminado ainda no mês de maio, caso a rodada de negociação do dia 17 efetivamente não apresente avanços.

Indiferente ao ACT dos trabalhadores, o Presidente da Eletrobras, não esqueceu de solicitar ao Ministério de Minas e Energia um aumento salarial médio de mais de 40% para ele próprio e para os demais diretores das empresas que compõem a Holding, conforme comunicado divulgado ao mercado no último dia 07/05.

Para o CNE, com a proximidade do final do período de data-base que se encerra em 31/05, a campanha entra em sua fase decisiva e somente a pressão dos trabalhadores unidos pode garantir a renovação do ACT, preservando seus direitos e benefícios conquistados. Participe das assembleias dos sindicatos da Intersul, que serão realizadas até 11 de maio. Acompanhe a convocação do seu sindicato.

ELETROBRAS

PLR 2017 AINDA TRAVADA

Impasse na negociação PLR mantém incertezas

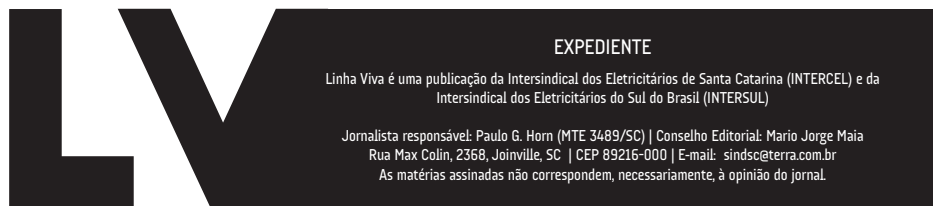
Paralelamente ao ACT, a negociação da PLR2017 também ocorre com morosidade. A comissão do CNE composta por representantes de todas as Intersindicais se reuniu com a Eletrobras no dia 03 de maio, quando foram apresentados pela Empresa os números relativos ao cumprimento das metas estabelecidas no termo de pactuação da PLR vigente. Na oportunidade, o CNE solicitou novas informações para averiguar possíveis inconsistências observadas na apuração das metas do CMDE. O CNE também não concordou com a posição da Eletrobras, de que a parcela de 30% da PLR a ser distribuída com base na lucratividade da Holding não tenha sido contemplada. Isto porque o Ebtida apurado foi positivo indicando a lucratividade das operações, apesar dos números finais do balanço determinarem prejuízo. A falta de acordo entre a Eletrobras e o CNE sobre o conceito de lucro ou lucratividade, faz com que 30% da PLR não seja paga para os trabalhadores, reduzindo o montante de duas folhas de pagamento para no máximo 1,4 folhas. Isto se todas as outras metas forem alcançadas, como no caso da Eletrosul, que apresentou lucro e chegou muito próxima a bater 100% das metas, podendo ter a maior PLR distribuída entre as empresas da Holding.

Os representantes do CNE têm defendido em todas as reuniões que o pagamento da PLR é devido a todos os trabalhadores de todas as empresas, seja na geração, transmissão ou distribuição de energia, pois são estes trabalhadores que no dia a dia executam suas tarefas com afinco para fazer com que a Eletrobras seja uma empresa forte, capaz de enfrentar todos os desafios, inclusive o fogo amigo do próprio presidente, que trabalha pela sua privatização. Portanto, é preciso reconhecer todos os esforços dos trabalhadores. O CNE solicitou reunião da PLR para o dia 10 de maio, mas a Eletrobras rejeitou o pedido, marcando nova rodada apenas para o dia 17, quando também ocorre negociação do ACT.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina (INTERCEL) e da Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil (INTERSUL)

Jornalista responsável: Paulo G. Horn (MTE 3489/SC) | Conselho Editorial: Mario Jorge Maia
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 | E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.



PIOR QUE OS GRINGOS QUE NOS COMPRAM SÃO OS MAUS BRASILEIROS QUE NOS VENDEM

Audiência Pública realizada na ALESC debate impactos da privatização da Eletrobras para o povo brasileiro



Com o objetivo de levantar subsídios técnicos, teóricos e políticos para a resistência contra a privatização da Eletrobras/Eletrosul, aconteceu na noite de 7 de maio uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) promovida pela Intersul, pela Frente Parlamentar em Defesa dos Serviços e Empresas Públicas de SC e pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Eletrosul.

Outro objetivo do seminário que era construir a unidade entre movimentos sociais e sindicais também foi cumprido graças à forte representação de entidades como o MAB, a Via Campesina, o MST, o Sindipetro/FUP, Sintaema/SC, Sinte, CUT, CTB, FNU/CNE, Intercel, Sindisaude, UCE, UBES UJS entre outros. Resultante deste movimento foi a conclusão de que é imprescindível o diálogo com a sociedade, o alerta para os malefícios desta privatização. Como lembrou o coordenador da Frente Mista, deputado federal Pedro Uczai “precisamos de um projeto que proíba a venda de estatais sem a consulta direta à população. Por isso é importante reagir, resistir, impedir o projeto em curso. Estamos indo bem e penso que se resistirmos mais duas semanas não haverá privatização da Eletrobras”.

Os participantes constataram ainda que neste momento não existe neutralidade: existe um golpe em curso que ataca os direitos e conquistas alcançados nos últimos anos e é preciso resistir para defender o patrimônio público e a soberania nacional.

Maximiliano Garcez, presidente da Associação Brasileira de Advogados/as Sindicais, declarou que juridicamente o projeto de privatização deve ser combatido levantando sua inconstitucionalidade. “Ele prejudica não só os trabalhadores e a população como também as próximas gerações. Está na Constituição Federal: a energia é um bem essencial e o Estado não pode abdicar da sua soberania, entregar aos estrangeiros a ‘chave da luz’. Privatizar a Eletrobras é inconstitucional.

Nelton Friedrich, ex-diretor de Coordenação e Meio Ambiente da Itaipu Binacional e ex-deputado federal, lembrou que a Eletrobras surgiu no início dos anos 60 depois de quase uma década de luta na sociedade. Ela surgiu para realizar pesquisas, construir linhas de transmissão, hidrelétricas e subestações. “Hoje poucos países no mundo detêm a inteligência de hidroeletricidade desta empresa e, por isto, este apetite grande sobre ela. Devemos lembrar que ela não é só transmissão e geração, é também o Programa Nacional de Banda Larga, e ainda essencial na integração energética da América Latina”. Concluiu com um ditado: “pior que o gringo que nos quer comprar é o brasileiro que nos vende”.

O deputado Cesar Valduga (PCdo B), presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Serviços e Empresas Públicas de SC, também ressaltou que a soberania nacional está em jogo com a privatização da Eletrobras. Lembrou as últimas investidas

que visam prejudicar a imagem da empresa para facilitar o processo de venda. “Não esqueçamos que é a Eletrobras que garante a modicidade tarifária, energia mais barata no Brasil. Ela tem a gestão de 47 usinas/ barragens que ficariam nas mãos da iniciativa privada. Nos últimos 10 anos ela pagou ao governo federal R\$ 13 bilhões, contribuindo para o resultado primário do país. Privatizar é uma violência que o governo Temer quer fazer com o patrimônio nacional. Cabe a nós resistir”.

Leandro Nunes, eleito pelos trabalhadores para o Conselho de Administração da Celesc e integrante da Intercel, prestou solidariedade aos trabalhadores da Eletrobras/Eletrosul e lembrou que os efeitos de uma possível privatização atingiriam também a Celesc. “A Eletrobras é o terceiro maior acionista da Celesc e a pressão para privatizar também a distribuidora catarinense seria grande. Temos que levantar o debate nestas eleições que se aproximam sobre que país queremos. Queremos entregar o patrimônio público?”

Mario Dal Zot, presidente do Sindipetro Pr/SC, constatou que o que está acontecendo com a Eletrobras já vem ocorrendo na Petrobras há mais tempo. “É um entreguismo sem precedentes. Disseram que iam baixar o preço dos combustíveis. E vejamos o que aconteceu. O primeiro ato de Temer foi a entrega do pré-sal. Estávamos perto de conseguir o regime de partilha e veja o que aconteceu”.

O deputado Dirceu Dresch (PT/SC), de saída, atribuiu o péssimo momento que o Brasil vive ao “boneco que o grande capital colocou no poder em 2016. É um personagem dos sonhos que a cada dia fecha novos acordos para se salvar. É um pecado: estávamos nos encaminhando para ser a segunda ou terceira economia do planeta e agora viramos quintal dos grandes exploradores. Em 2001 deu-se o debate entre Estado Mínimo ou Estado Forte e venceu o Estado Forte”.

Rodrigo Seferim, da Coordenação do MAB, defendeu os números da Eletrobras que segundo ele produziu 170 milhões de megawatts/hora ano passado e tem uma receita de cerca de 45 bilhões/ano. “Estes números já demonstram que estão querendo assaltar o povo brasileiro. Isto faz parte do golpe: a destruição da soberania nacional. Somos também contra a privatização da Eletrobras, pois ela produz a tarifa mais barata do país e se privatizada haverá um aumento estratosférico das tarifas”.

Eduardo Clasen Back, secretário-geral do Sinergia e representante da Intersul rebateu toda argumentação dos interessados na venda da Eletrobras/Eletrosul. Enfatizou que entre os eletricitários há disposição de luta e, em conjunto com outras representações, estão fazendo o enfrentamento ao golpe. “Os eletricitários sabem que energia é um serviço público essencial e querem discutir a fundo um modelo para o setor”, concluiu.

||
**Existe um golpe em curso,
que ataca os direitos e
conquistas e é preciso resistir
para defender o patrimônio
público e a soberania
nacional**

||



POEMA INDIGNADO

Poema de Josiane Gaia Portilho, militante do MAB, foi lido na audiência pública na ALESC



INDIGNAÇÃO DE UMA MULHER

Preste muita atenção para esta explicação
Não é caso, não é piada, é a indignação
Uma mulher atingida por tanta opressão.

Vou contar-lhe esta história
Que não é mentira não
É a pura realidade
Do fundo do coração

Você já teve que dividir seu almoço
Para garantir de seu filho o jantar?
- Eu já!
E com certeza milhares de famílias também.

Você já teve que deixar de almoçar
Para dar a seu filho o que jantar?
- Eu já!
E com certeza milhares de famílias também.

Você paga um alto preço pela utilização de
energia elétrica?
Na minha casa não tem energia não,
E a barragem foi construída
A poucos quilômetros do chão.
Fico muito indignada, vendo passar o linhão

Chega de tanta opressão,
Não vou viver na escuridão
Sem almoço, sem jantar,
Eu não vou desanimar.

O que me faz resistir e lutar
É a vontade de mudar
Esse modelo cego e capitalista
Para um modelo energético popular.